

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.497.195 - SP (2019/0126364-7)

RELATOR : MINISTRO OG FERNANDES
AGRAVANTE : INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR MUNICIPAL
PROCURADORES : PEDRO AUGUSTO ZANON PAGLIONE - SP343570
VANESSA SILVA DE ALMEIDA - MG177727
AGRAVADO : VILMA APARECIDA BERNARDO DE FARIA
ADVOGADO : FLÁVIA NOGUEIRA PRIANTI - SP206790

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de agravo interposto por Instituto de Previdência do Servidor Municipal contra decisão que não admitiu recurso especial com amparo no óbice da Súmula 7 do STJ.

Impugnada especificamente a decisão, conheço do agravo e passo à análise do recurso especial.

O apelo nobre foi manejado, com base na alínea "a" do permissivo constitucional, em oposição a acórdão assim ementado (e-STJ, fl. 334):

MANDADO DE SEGURANÇA - SERVIDORA PÚBLICA Inativa - Município de São José dos Campos Pretensão ao recebimento da gratificação denominada Horas de Trabalho Coletivo HTC suprimida em virtude de aposentadoria Gratificação de caráter geral - Vantagem pecuniária concedida, de forma indistinta, a todos os professores cumpridores de jornada integral de trabalho, sem nenhuma condição especial ou requisito excepcional - Art. 5º, § 1º, da Lei Municipal 4.488/93 - Entendimento assentado no âmbito deste E. Tribunal Segurança concedida Recursos não providos.

O insurgente alega existência de violação dos arts. 1º do Decreto n. 20.910/1932 e 2º do Decreto-Lei n. 4.597/1942.

Afirma que ocorreu a prescrição da pretensão da recorrida, uma vez que a autora ajuizou a ação com o objetivo de incorporar valor de gratificação de Horas de Trabalho Coletivo (HTC) aos seus proventos, contudo, sua aposentadoria foi concedida em 1º/5/1996 e a ação foi proposta mais de vinte anos depois.

Sustenta que nos casos em que o servidor pretende a revisão do ato de aposentadoria ocorre a prescrição do próprio fundo de direito após o transcurso de mais de cinco anos.

É o relatório.

O Tribunal de origem consignou que não houve a prescrição do pedido da recorrida, porquanto a não incorporação do benefício aos seus proventos se renova mês a mês, incidindo a Súmula 85 do STJ no caso (e-STJ, fls. 335-336):

A autora é servidora pública municipal aposentada da rede de ensino do Município de São José dos Campos e nessa condição pretende a percepção da gratificação denominada Horas de Trabalho Coletivo HTC, que deixou de receber a partir de sua aposentadoria, apesar de a gratificação integrar a remuneração.

Superior Tribunal de Justiça

De início, afasto a alegação de prescrição.

Isso porque os prejuízos por ela suportados, em decorrência da não incorporação do benefício aos seus proventos, se renovam mês a mês, com o recebimento da sua aposentadoria.

Assim, forçoso reconhecer que o pedido versa sobre prestações de trato sucessivo, de modo que a prescrição será reconhecida apenas nas parcelas devidas há mais de cinco anos da data da propositura da ação, nos termos do art. 3º do Decreto n. 20.910/32 e da súmula 85 do Col. STJ.

Assiste razão ao recorrente.

Trata-se, o caso em análise, de revisão de ato de aposentadoria em decorrência de gratificação que não foi incorporada no momento da concessão da aposentação.

Verifico que a orientação da Corte local diverge do entendimento do Superior Tribunal de Justiça de que a revisão do ato de aposentadoria após o prazo de cinco anos entre a aposentação e o ajuizamento da ação encontra óbice no art. 1º do Decreto n. 20.910/1932. A propósito:

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. PRESCRIÇÃO DO FUNDO DE DIREITO. RECONHECIMENTO DA PRESCRIÇÃO. ACÓRDÃO EM CONSONÂNCIA COM O ENTENDIMENTO DESTA CORTE.

I - Na origem, trata-se de ação ordinária, proposta em desfavor do Estado de Minas Gerais, na qual pleiteiam a inclusão da Gratificação de Regime Especial de Trabalho - RET, na base de cálculo dos seus proventos de aposentadoria.

II - É necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo n. 3/STJ: "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC."

III - O Tribunal de origem extinguiu o feito, com resolução do mérito, ante a observância da prescrição do fundo de direito, manifestando-se nos seguintes termos (fls. 205-214): "[...] Ou seja, em alguns casos a prescrição alcançará o próprio direito do requerente, não reconhecido voluntariamente pela Administração, tendo como termo inicial a data do ato ou fato do qual se originar. Tratando-se, porém, de parcelas de trato sucessivo, quando o ente público não tiver negado o próprio direito reclamado, a prescrição atingirá apenas as prestações vencidas antes do quinquênio anterior ao ajuizamento da ação, não havendo que se falar em perecimento do fundo de direito. No caso, os autores pretendem a inclusão da Gratificação de Regime Especial de Trabalho (RET) aos seus proventos de aposentadoria. Assim, como o Estado deixou de agregar a referida vantagem salarial aos proventos, a pretensão inicial implica na própria revisão do ato administrativo que concedeu a aposentadoria, incidindo na hipótese a prescrição do fundo de direito prevista no art. 1º do Decreto 20.910/32. A aposentadoria é ato único, de efeitos concretos, a partir do qual se inicia o prazo prescricional de cinco anos para que o servidor possa se insurgir contra a não incorporação de gratificações

que, ao seu juízo, deveriam ter sido incluídas nos proventos. [...] Os atos de aposentadoria dos autores foram publicados entre os anos de 1993 e 1997, iniciando-se aí a contagem do prazo prescricional para a revisão dos valores pagos a título de proventos, pela não incorporação da Gratificação de Regime Especial de Trabalho (RET). Dessa forma, como a presente ação foi proposta apenas em 2014, quando já implementado o quinquênio legal, deve ser extinto o processo, com julgamento do mérito, pelo reconhecimento da prescrição. [...]."

IV - O acórdão *a quo* merece ser mantido, eis que segue a orientação jurisprudencial do STJ, no sentido da ocorrência da prescrição do fundo de direito se decorrido mais de cinco anos entre o ato de aposentadoria e o ajuizamento da ação que pretende a sua modificação. Nesse sentido, é a jurisprudência desta Corte Superior, consoante a ementa dos seguintes julgados: AgRg no REsp n. 1.477.114/PA, 2014/0214908-4, Rel. Min. Diva Malerbi, Desembargadora convocada TRF 3ª Região, Segunda Turma, julgado em 4/2/2016, DJe 12/2/2016; EDcl no AgRg no REsp n. 1.112.291/PE, Rel. Ministro Jorge Mussi, Quinta Turma, julgado em 2/5/2013, DJe 16/5/2013.

V - Cumpre destacar o REsp n. 1.738.898/MG, de Relatoria do Ministro Sérgio Kukina, publicado em 11/5/2018 que, em caso semelhante, decidiu em sentido análogo à presente decisão.

VI - Agravo interno improvido.

(AgInt no REsp 1.670.643/MG, Rel. Min. FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, DJe 3/5/2019)

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. RECÁLCULO DE VANTAGEM FIXADA EM ATO DE APOSENTADORIA. PRESCRIÇÃO DO FUNDO DO DIREITO.

1. A jurisprudência desta Corte firmou-se no sentido de que a revisão do ato de aposentadoria após o prazo de cinco anos entre a aposentação e o ajuizamento da ação encontra óbice no art. 1º do Decreto 20.910/32.

2. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no REsp 1.477.114/PA, 2014/0214908-4, Rel. Min. DIVA MALERBI - DESEMBARGADORA CONVOCADA TRF 3ª REGIÃO, SEGUNDA TURMA, DJe 12/2/2016)

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, V, do CPC/2015, c/c o art. 253, parágrafo único, II, c, do RISTJ, conheço do agravo para dar provimento ao recurso especial reconhecendo a prescrição da pretensão da recorrida, porquanto decorridos mais de cinco anos entre o ato da concessão da aposentadoria e o ajuizamento da ação para a revisão do ato de aposentação.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

Ministro Og Fernandes
Relator